

PLANO DE GOVERNO

Coligação PDT/Republicanos

Pra Reconstruir Divinópolis

Marquinhos Clementino e
Andreia Rabelo



APRESENTAÇÃO

Minha cidade hoje é grande
Mas começou pequenina
Não tinha prédios, nem fábricas
Não possuía oficina
Do oeste mineiro eu canto
Nossa terra é capital
Vem conhecer Divinópolis
A minha terra natal (Adélia Prado)

Divinópolis comemorou 108 anos de emancipação política, mas nosso povo está aqui há cerca de 290 anos. Antes que nossa região fosse ocupada “pelo homem branco”, por aqui viviam os índios Candidés, que foram os primeiros “divinopolitanos da gema”.

Manoel Fernandes Teixeira em 1730, deu o pontapé inicial para a formação de nosso município doando as terras onde foram construídas a nossa primeira igreja, hoje catedral do Espírito Santo e as primeiras casas do arraial. Divinópolis primeiramente pertenceu a Sabará, depois Pitangui e finalmente a Itapeçerica, vindo depois se emancipar como município.

Em 1912 com a elevação de distrito para Município, Antônio Olímpio de Moraes, nosso primeiro intendente, cargo correspondente a Prefeito, planejou nossa cidade com ruas bem traçadas e largas e em conjunto com os líderes da época o arraial passou a se chamar Divinópolis, a “cidade do Divino”.

O progresso de nossa cidade veio com a ferrovia. Em sua formação recebeu influência de povos que trouxeram seus ofícios: Portugueses, Italianos, Libaneses, e, principalmente os povos que vieram das pequenas cidades da região para ajudar no seu desenvolvimento. Divinópolis foi formada por várias famílias que vieram de cidades vizinhas bem como de outros estados devido à grande importância da Rede Ferroviária.

Também teve grande influência religiosa pela vinda dos Frades Franciscanos e da Igreja Batista e dos Espíritas. Junto ao nosso padroeiro, o Divino Espírito Santo, temos também a cultura afro-religiosa dos congados e reinados. Desde a criação da entidade Fundação da Comunidade, em 1966, formada por lideranças empresariais, religiosas, profissionais da saúde e da educação, com o objetivo de atuar para o desenvolvimento da cidade, a sociedade civil se fez presente e mobilizada para atuar nas questões urbanas (PLANO DIRETOR, 2013). Precisamos retomar essa participação e fazer Divinópolis voltar a crescer.

Divinópolis é classificada como uma cidade regional, um importante centro urbano, com um crescimento econômico associado ao processo de urbanização que conta com uma diversidade de serviços pessoais, coletivos, produtivos e distributivos, além do setor industrial (PLANO DIRETOR, 2013).

Com esse cenário não temos outro caminho a não ser o desenvolvimento... Divinópolis é a cidade do presente e do futuro...Divinópolis precisa continuar a progredir...Divinópolis tem que continuar sendo a Locomotiva do Desenvolvimento Regional.

Entendemos aqui desenvolvimento e progresso não como uma questão exclusivamente econômica, mas que envolve prioritariamente, o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, demandando melhorias sociais, econômicas e ambientais.

Para isso, precisamos de uma administração forte, transparente e compromissada com o povo. Neste documento estão as diretrizes que irão compor as ações de nosso governo, elaborado por quem e para quem deseja ver nossa cidade novamente crescer, com dignidade e justiça social.

1. EDUCAÇÃO

Segundo os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no período de 2000 a 2010, a educação foi a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos (com crescimento de 0,388), o que expressa como a educação vem melhorando no município. Muitos avanços vêm sendo alcançados, entre eles a universalização do ensino fundamental e o aumento da frequência dos jovens ao ensino médio, além de uma expressiva expansão da educação infantil. Em relação ao ensino superior, Divinópolis tornou-se referência na região, com a presença de instituições públicas e privadas que oferecem cursos de graduação e pós-graduação.

Contudo, o município precisa ainda erradicar o analfabetismo, avançar na oferta da educação infantil, especialmente oferecendo o atendimento de 0 a 3 anos, em unidades com infraestrutura adequada e também ampliar o atendimento na educação profissional.

No ensino superior, os cursos oferecidos são pouco divulgados entre a própria população, em especial aos jovens concluintes do ensino fundamental da escola pública, que encerram essa etapa com poucas expectativas e com ausência de horizontes de mudança social, e que assim sendo precisam ser incentivados, desde já, a descobrirem suas vocações e sonhos, para fazerem suas futuras escolhas de vida.

O município deve ter como diretriz básica, proporcionar educação com qualidade para todas as crianças e cidadãos de nossa cidade, erradicar o analfabetismo, promover o desenvolvimento das competências gerais estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular, ampliar o nível de escolaridade da população e propiciar qualificação para o trabalho e geração de renda.

Propostas

- Fortalecer o Sistema Municipal de Ensino reconhecendo a importância da efetiva participação da sociedade civil na avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, por meio do COMED.
- Manter nas escolas públicas municipais, a gestão democrática da educação, por meio da participação de professores, pais, funcionários e comunidade nos planos e projetos político-pedagógicos das unidades escolares, como também pela realização de consulta à comunidade escolar para a nomeação de diretores das escolas, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho.

- Participar dos programas de avaliações externas de Minas Gerais (SIMAVE) e do Ministério da Educação (SAEB) buscando a melhoria contínua do nível de desempenho dos alunos.
- Melhorar o Ideb de todas as escolas e do município, conforme os parâmetros do MEC.
- Qualificar continuamente os profissionais da educação (gestores, supervisores e professores) buscando parcerias e convênios com entidades públicas e da sociedade civil, através do CRPE.
- Proporcionar capacitação em serviço para professores e funcionários, que poderão realizar cursos de qualificação sem prejuízo da sua carga horária de trabalho e salário.
- Aumentar gradativamente o tempo de planejamento dos professores nas unidades escolares, incluído na carga horária de trabalho, com vistas a atingir 1/3 da jornada de trabalho, destinada a estudos, debate, organização do processo educativo, planejamento e avaliação.
- Manter o Supervisor Orientador de Ensino (SOE) em todos os turnos das escolas de ensino fundamental e aumentar gradativamente para os CMEI's. Promover formação continuada para potencializar a atuação desse profissional nas unidades educacionais para que o trabalho pedagógico possa fluir com mais eficácia.
- Realizar sistematicamente a leitura da rede municipal de ensino através de diagnósticos, das dimensões escolares e extraescolares que integram seu contexto, com o objetivo de elaborar diretrizes político pedagógicas para avançar na melhoria da educação.
- Melhorar e adequar a estrutura física dos prédios escolares, observando a capacidade e a qualidade no atendimento às crianças, priorizando a cobertura das quadras escolares.
- Modernizar e recuperar os laboratórios de informática das unidades escolares, bem como propor projetos de motivação e capacitação para os docentes desenvolverem domínio dos recursos tecnológicos aliado a ação pedagógica.
- Melhorar os espaços das bibliotecas escolares, organizar o atendimento, diversificar o acervo e disponibilizar um funcionário para atuar como bibliotecário em todas as unidades escolares, para que possa propor atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas aquisições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico.
- Melhorar a qualidade e trabalhar pela ampliação do atendimento da educação infantil, especialmente para as crianças de 0 a 3 anos de idade.
- Aumentar o número de assistentes educacionais nas unidades de ensino municipais, de forma a atender a demanda presente na rede para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

- Promover a formação continuada adequada, de forma sistematizada, para todas os profissionais que atuam na educação especial inclusiva, oportunizando um trabalho mais adequado com melhores resultados.
- Articular ações intersetoriais e interinstitucionais com a saúde, para atender os alunos que necessitam de atendimentos especializados como fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, neurologia e psiquiatria.
- Estabelecer parcerias com universidades para oferecimento de cursos de especialização em Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, para os profissionais da rede pública de ensino de Divinópolis.
- Efetivar adesão a programas do governo federal, na área da educação inclusiva.
- Melhorar o acesso da população à Educação de Jovens e Adultos (EJA), no município de Divinópolis e avaliar a necessidade de oferecer o atendimento desta modalidade de ensino em outros polos, para facilitar o acesso dos alunos.
- Reduzir a distorção idade/série com a implantação de projetos de aceleração de estudos, a partir de uma análise do perfil dessa clientela, promovendo atendimento, acessibilidade e um currículo que atenda às necessidades de aprendizagem desses jovens.
- Criar e ampliar projetos educacionais com a participação da comunidade nas áreas de informática, leitura, música, cursos profissionalizantes, dentre outras.
- Implantar gradativamente o tempo integral nas escolas municipais, o que acarretará na ampliação de oportunidades educativas, com a oferta de atividades artístico-culturais, de esporte, do uso de mídias digitais e tecnologias, acompanhamento pedagógico, dentre outras.
- Articular trabalho em rede junto às secretarias de Educação, Cultura, Esportes, Assistência Social, e outras, para a atuação conjunta na criação e implementação de projetos de enfrentamento aos desafios relacionados à superação da vulnerabilidade social das famílias e na oferta de educação em tempo integral.
- Reduzir a retenção escolar criando o Programa de Reforço Escolar, em parceria com instituições de ensino superior do município.
- Garantir a implementação do Programa de Alimentação Escolar, atendendo às necessidades nutricionais dos alunos e contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis.
- Buscar parcerias com o Governo Federal e outras instituições para fortalecer e valorizar as escolas rurais e promover uma educação do campo nessas unidades, considerando a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes.

- Reordenar a trajetória escolar dos alunos, revendo a programação curricular para cumprir os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para o ano letivo de 2020, que não foram alcançados.
- Preparar o sistema educacional para o possível aumento de matrículas, em função do impacto na renda de muitas famílias causado pela pandemia.
- Ofertar Pré-Vestibular Municipal, como uma política de inclusão social para alunos que concluíram o ensino médio, que sejam oriundos de escola pública e prioritariamente, pertencentes a famílias do CAD ÚNICO.
- Incentivar os professores a utilizar metodologias criativas, com atividades práticas para o trabalho com a educação ambiental, com vistas ao desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

2. CULTURA

A política nacional de cultura operacionaliza a política na perspectiva da gestão compartilhada e da concepção de cultura a partir de três dimensões: a) a simbólica, que trata do potencial criativo e das expressões artístico-culturais; b) a cidadã, que aborda a cultura como política pública, portanto, descentralizada, democrática e universal; e c) a econômica, que vê a cultura como elemento estratégico da economia criativa.

Explorar essas três dimensões da cultura no município é papel da Secretaria Municipal de Cultura, que deve planejar e implementar as ações culturais, em articulação com as instâncias estadual e federal.

Divinópolis é um município culturalmente muito rico, com uma diversidade de manifestações culturais, grupos e artistas independentes nas áreas de teatro, dança, artesanato, música dentre outros. Contudo, as oportunidades e equipamentos culturais não estão disponíveis para todas as classes sociais e distribuídas de forma igualitária pelo território. Os equipamentos públicos da cultura estão concentrados na região central da cidade, enquanto faltam espaços e oportunidades de acesso à cultura nos bairros mais distantes.

Entendemos que o desenvolvimento de Divinópolis passa também pela valorização de seus elementos identitários e simbólicos, expressos em valores, fazeres, costumes, crenças, leis, patrimônios materiais e imateriais, historicamente construídos e compartilhados pelos indivíduos e pela coletividade. Daí a importância do desenvolvimento de uma política cultural forte e promotora de mudanças no panorama do desenvolvimento e da inclusão social no município.

Propostas:

- Implantar o Sistema Municipal de Cultura, para assegurar articulação federativa e a gestão compartilhada no âmbito da cultura no município, envolvendo o fortalecimento do Conselho de Cultura, Fundo de Cultura, Plano Municipal, realização de Conferências de Cultura e revisão de toda a legislação cultural.
- Ampliar a oferta de equipamentos públicos nos bairros periféricos e área rural para o desenvolvimento de ações articuladas e intersetoriais de natureza educativa, cultural, artística, desportiva e de lazer.
- Buscar parcerias para a restauração da subestação ferroviária de Santo Antônio dos Campos, para a instalação de um equipamento de cultura nesse espaço.
- Implementar políticas públicas para a proteção do patrimônio cultural e natural do município.

- Incentivar a criação de cooperativas e associações para a produção e comercialização de artesanato em suas diferentes formas.
- Implementar ações de educação patrimonial no município, de forma a contribuir com a formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio.
- Incentivar e fomentar a realização de festivais, feiras, festas, mostras, semanas, apresentações, encontros e programas de produção artística e cultural.
- Implementar ações de fortalecimento da diversidade cultural e religiosa do município.
- Fortalecer e apoiar as tradições culturais do meio rural.
- Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares, das festas populares tradicionais aos movimentos de cultura jovem.
- Promover a culinária como registro e expressão da diversidade divinopolitana.
- Reconhecer, qualificar e apoiar experiências de ONGs e grupos culturais atuantes, especialmente em comunidades pobres e vulneráveis.
- Revitalizar a Biblioteca Pública Municipal e ampliar suas ações.
- Aprimorar a participação do município no ICMS Patrimônio Cultural, garantindo o maior repasse de recursos do programa para as ações de preservação do patrimônio cultural.
- Buscar parcerias para a restauração e reativação do Museu Histórico de Divinópolis no Sobrado da Praça da Catedral.
- Estabelecer parcerias para restauração/revitalização dos espaços culturais existentes no município.
- Incrementar a difusão de campanhas institucionais e educativas e a realização de eventos artísticos e culturais itinerantes, feiras, exposições, atividades de educação patrimonial e ambiental;
- Apoiar ações e projetos para reestruturação do Mercado Municipal e seu entorno, reestabelecendo sua história com a população divinopolitana;
- Promover melhorias estruturais, estéticas e de acesso ao Teatro Usina Gravatá e Escola de Música, visando permitir um espaço agradável e com melhores condições para realização de eventos e de lazer da população em geral.
- Realizar e manter atualizado o cadastro de todos os artistas residentes na cidade, bem como de todas as entidades culturais.
- Conduzir uma interlocução entre a SEMC, artistas e entidades culturais, a fim de construir um calendário anual de eventos, fortalecer o setor e dar maior publicidade e apoio logístico as atividades culturais.
- Promover cursos e treinamentos periódicos e permanentes a fim de capacitar os empreendedores culturais, para o acesso as leis de incentivo, fundos e prêmios a nível municipal, estadual e federal.

- Criação de uma "Fábrica de Projetos", envolvendo voluntários e técnicos, no intuito de receber os atores culturais, as organizações culturais do município, conhecer suas propostas de trabalho e desenvolver com eles os projetos para acesso aos editais públicos e privados que disponham de recursos financeiros e mesmo técnicos para que possam realizar suas ações culturais.

3. ESPORTE E LAZER

As diretrizes nacionais para a política de esporte indicam três vetores principais de investimentos: o esporte como atividade de lazer, o esporte como parte do processo educacional e o esporte de alto rendimento.

Em Divinópolis a estrutura pública disponível para práticas desportivas são principalmente as quadras localizados em escolas públicas municipais e estaduais, algumas praças, o Poliesportivo Fábio Botelho Notini, o Centro Social Urbano (CSU), o Parque da Ilha, Quadras Poliesportivas (no Niterói e em Sto. Anto. dos Campos), além de diversos campos de futebol espalhados pelas áreas urbana e rural. A infraestrutura não pública conta com uma série de escolinhas de futebol, de natação, academias, clubes sociais e esportivos e quadras e campos de futebol particulares, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Cabe destacar a presença no município de atividades ligadas ao lazer e ao esporte de aventura, que acontecem na área rural, como a escalada, o mountainbike, trilha e motocross, atividades que vem tendo expressivo crescimento. São também realizados na cidade muitos eventos esportivos, como competições de judô, kickboxing, basquete, futebol, dentre outras modalidades.

Contudo, verifica-se que os equipamentos e projetos voltados a oportunizar a sociabilidade, o esporte e lazer são escassos, principalmente nas áreas mais vulneráveis.

Propostas:

- Reativar o Conselho Municipal de Esportes que atuará na gestão compartilhada no processo de elaboração, implementação e de avaliação da política municipal de esportes.
- Criar praças públicas nos bairros menos atendidos por equipamentos de esporte e lazer.
- Promover um estudo para reestruturação das praças públicas, visando sua manutenção, melhorias estéticas e funcionais, incentivando seu uso pela população;
- Estimular a apropriação das praças, por parte dos cidadãos e dos diversos setores da sociedade.
- Incentivar a prática da atividade física e do esporte, com o objetivo de criar hábitos saudáveis que contribuam para a saúde e qualidade de vida dos jovens, adultos e idosos.
- Garantir o acesso à prática da educação física e do esporte nas escolas municipais, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens.

- Apoiar a participação das escolas municipais em competições estudantis de esportes, como atividades de recreação, sociabilidade e de promoção da prática do esporte.
- Articular com o governo federal e estadual para a implantação no município de projetos de democratização ao acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, idosos, residentes em áreas de maior vulnerabilidade social.
- Articular o estabelecimento de convênios com instituições de ensino superior para o desenvolvimento de projetos de recuperação e revitalização do Divinópolis Tênis Clube (DTC), como espaço de formação de alunos do ensino superior e oferta de atendimento gratuito à comunidade em ações de esporte e lazer.
- Apoiar o futebol de várzea e amador, estruturando os campos de futebol das áreas urbana e rural e organizar competições para as diferentes faixas etárias da população.
- Realizar Olimpíadas Municipais de Esporte, integrando as diferentes instituições de ensino das redes municipal, estadual e particular.
- Garantir o acesso ao lazer e aos esportes às pessoas com deficiência, estimulando também a modalidade de esportes paraolímpicos, em parceria com instituições de ensino superior.
- Revitalizar o Parque da Ilha Dr. Sebastião Gomes Guimarães para realização de atividades ambientais, esportivas, de lazer e culturais neste espaço, como estratégia para estimular a sua apropriação pela população.

4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Segundo os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Divinópolis é 0,764 (2010), que o caracteriza como um município de alto desenvolvimento humano. Verifica-se que, no período 2000-2010, o IDH-M de Divinópolis cresceu 11,4%, o que levou o município a ocupar em 2010, a 21ª posição no ranking do Estado, demonstrando que o município vem alcançando expressivos avanços em termos de desenvolvimento social.

Contudo, a década de 2010 impôs expressivos desafios aos municípios, no combate ao crescente aumento da pobreza, do desemprego e da vulnerabilidade social em seus territórios. Mais recentemente, o impacto da pandemia na vida dos segmentos que já se encontravam em situação de vulnerabilidade passou a demandar dos governos municipais a implementação de medidas de proteção a segmentos mais vulneráveis, como o de famílias com crianças nos estratos mais pobres da população, jovens, que estavam sem estudar ou trabalhar antes mesmo do início da pandemia, bem como os idosos de famílias em situação de pobreza, dentre outros.

Para o enfrentamento dos desafios sociais do município, especial no pós-pandemia, reconhece-se a relevância e a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com políticas centrais de proteção à população e promoção do desenvolvimento social.

Propostas:

- Criar a Lei Municipal do Sistema Único da Assistência Social, que irá regulamentar os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social no município.
- Garantir, na legislação municipal, que o Fundo Municipal de Assistência Social seja gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Atuar para o cumprimento do Norma Operacional Básica – NOB/RH a nível municipal, para que os Serviços, Programas e Projetos estejam de acordo com a legislação.
- Criar um setor de Vigilância Socioassistencial na Secretaria de Assistência Social, com equipe adequada para a realização da gestão da informação e dedicada a apoiar as atividades de planejamento, supervisão e de execução dos serviços socioassistenciais.
- Fortalecer a intersetorialidade e estreitar a relação das diversas secretarias (assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer) para a promoção dos direitos sociais e combate à vulnerabilidade social no município.
- Promover a capacitação e formação continuada dos trabalhadores, dos agentes da rede socioassistencial e conselheiros, objetivando a melhoria do atendimento e a qualificação da participação social nas políticas públicas sociais.

- Garantir a conservação e manutenção dos espaços físicos públicos da Assistência Social, bem como a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos nesses espaços, favorecendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos usuários.
- Implantar equipe volante para melhorar o acesso da população vulnerável aos Serviços do CRAS, especialmente para as Comunidades Rurais e bairros periféricos.
- Ampliar progressivamente o número de CRAS para atuar com abrangência territorial de até 5.000 mil famílias, conforme legislação vigente, garantindo equipes qualificadas de acordo com a NOB/RH.
- Ampliar e estruturar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, nas áreas de maior vulnerabilidade, assegurando a manutenção de equipe técnica, equipamentos, materiais e estrutura necessária, visando o aprimoramento da qualidade do serviço ofertado.
- Articular parcerias junto aos entes federativos e aos municípios da região visando a implantação de serviços de abrigo para mulheres em situação de violência, que trabalhem na perspectiva de consorciamento ou de forma regionalizada.
- (Re)implantar o Restaurante Popular Municipal, para possibilitar que a população em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social tenha acesso à alimentação de qualidade.
- Criar hortas comunitárias em bairros de maior vulnerabilidade social, em áreas públicas ou disponibilizadas por parceiros, para a produção de alimentos com a participação da comunidade, promovendo a inclusão social e a segurança alimentar.
- Estabelecer parcerias entre as três esferas de governo e a iniciativa privada para a oferta de cursos de qualificação profissional e geração de renda, com programas específicos para adolescentes e jovens de baixa renda e pessoas com deficiência.
- Criar Programa de Primeiro Emprego Municipal, para oferecer oportunidade de trabalho e renda para jovens e adolescentes das camadas menos favorecidas da sociedade, afastando-os de situações de risco social como o contato com uso de drogas e álcool, violência e criminalidade.
- Estimular, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a criação de cooperativas de trabalho e renda no município, em especial, nos bairros mais vulneráveis.
- Efetivar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosos.

- Elaborar estudos para a implantação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, para oferecer atendimento à população de rua.
- Fortalecer o Serviço de Abordagem Social do município.

5. SEGURANÇA PÚBLICA

Nas últimas décadas, a questão da segurança pública passou a ser considerada um dos principais desafios da gestão pública. Os problemas relacionados com o aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, a degradação dos espaços públicos, a ineficiência preventiva de nossas instituições, representam alguns dos desafios para os governos e toda a sociedade.

O problema da segurança não pode mais estar a cargo apenas das instituições da justiça, particularmente, da justiça criminal e da polícia. As soluções devem passar pelo fortalecimento da capacidade do Estado, especialmente os municípios, em planejar e gerenciar políticas públicas de segurança, que envolvem ações de ordem preventiva, repressiva, judicial, de saúde e social.

As políticas de segurança pública devem estimular a parceria entre órgãos do poder público e sociedade civil na luta por segurança e qualidade de vida dos cidadãos.

Propostas:

- Fortalecer a parceria com a Polícia Militar para a implantação do Projeto Rede de Proteção Ativa.
- Atuar em parceria com a Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública (ACASP) em ações de promoção da segurança pública e promoção da cultura de paz.
- Articular junto ao estado para a ampliação de Bases de Segurança Comunitária no município.
- Articular, junto ao Governo do Estado e Forças de Segurança e demais órgãos do Sistema de Defesa Social, o efetivo necessário para as atividades de segurança pública no município.
- Criar projetos intersetoriais e interinstitucionais envolvendo ações sociais, culturais e esportivas, preferencialmente voltados para crianças e jovens, com o objetivo de promover formas de sociabilidade voltadas para uma cultura da paz;
- Fortalecer as parcerias para o funcionamento e ampliação do Projeto de Videomonitoramento Olho Vivo.
- Elaborar estudos para avaliar a viabilidade de criação de uma Guarda Municipal, conforme previsto no Plano Diretor do Município.

6. SAÚDE

No Brasil, a saúde pública está prevista na Constituição Federal como um dever do Estado (artigo 196) e como um direito social (artigo 6º), ou seja, um direito que deve ser garantido de forma homogênea aos indivíduos a fim de assegurar o exercício de direitos fundamentais.

Com o objetivo de garantir esse direito, a Constituição Federal atribuiu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência de cuidar da saúde pública. Isso significa que, dentro de um sistema único, cada esfera do governo terá um órgão responsável por executar e administrar os serviços destinados à saúde local.

Entendemos que o Conselho Municipal de Saúde não é um órgão isolado e que precisamos atuar através de uma gestão compartilhada e participativa que prioriza os anseios da comunidade.

Em nossa gestão pretendemos atuar de forma integrada com todas as secretarias municipais e organizações civis na promoção da saúde no município.

Para garantir este propósito atuaremos priorizando as propostas das últimas conferências municipais de saúde, uma vez que esse importante instrumento de gestão, é o mais democrático momento em que a população faz valer suas necessidades e anseios.

Propostas:

- Efetivar a proposta da Estratégia Saúde da Família em todo o município, visando 100% de cobertura, garantindo a acessibilidade conforme a lei.
- Implantar equipes multiprofissionais (psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacional, nutricionistas) nos setores sanitários;
- Implantar o Saúde na Hora, em pontos estratégicos da cidade, ampliando assim o horário de atendimento até às 22 horas.
- Efetivar e otimizar a implantação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) como política de atenção à saúde mental de crianças e adolescentes, e implantação dos serviços da equipe multidisciplinar para crianças de 02 a 04 anos.
- Manter o número adequado de funcionários em todas as unidades de saúde com no mínimo 70% de efetivos.
- Implantação da farmácia pública de dispensação em todos os setores sanitários em horário comercial e garantir a manutenção dos medicamentos preconizados pelo SUS.
- Ampliação do CAPS III, com atendimento 24 horas, por equipe multiprofissional completa, 7 dias na semana.

- Cumprimento da lei federal que determina a infraestrutura adequada e equipamentos em boas condições de utilização.
- Efetivar o protocolo de acesso, com a garantia do atendimento através de uma linha de cuidado.
- Reforma geral da estrutura física das unidades, bem como a aquisição de novos equipamentos.
- Aumentar a oferta de exames para o usuário, atendendo à demanda reprimida. Em casos nos quais o paciente, depende dos exames para dar sequência no tratamento, principalmente, nos casos em que se faça necessária alguma intervenção cirúrgica;
- Manter uma retaguarda de leitos no São Bento Menni como referência e regulação municipal para pacientes que aguardem vagas na UPA.
- Priorizar a implantação do HRDES “Hospital Regional Divino Espírito Santo” e efetivar sua atuação no município como hospital de referência municipal para média complexidade, garantindo que pacientes de Divinópolis sejam atendidos na cidade, amenizando o sofrimento da população com seus enfermos hoje enviados para cidades distantes.
- Atuar junto ao CISVI para aumentar a capacidade estrutural e de atendimento, para que ele possa realizar exames de alta complexidade, evitando o deslocamento de pacientes até Belo Horizonte.

7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Divinópolis é uma cidade que cresceu exponencialmente nos últimos anos com o arrojo de seus cidadãos e de seus empresários, com um segmento volumoso na fabricação de roupas, a indústria do vestuário e sua cadeia produtiva (indústria, comércio, serviço atrelados e importadores e distribuidores de tecido) Divinópolis é um polo confeccionista de destaque nacional.

Também em Divinópolis, encontramos grandes empresas da siderurgia, aciaria (Gerdau) e modal ferroviário (Vale) , metalurgia (Centro Industrial), segmento supermercadistas e distribuição (Mart Minas/ABC), indústria de embalagens, construção civil e indústria e comércio de matérias da construção civil, transportadores rodoviários, sistemas de informática, segmento da saúde regional, segmentos educacional regional, entretenimento, gastronomia, lazer e turismo, agricultura familiar entre tantos outros.

Com isso queremos focar em estabelecer fortes parcerias com entidades representativas de todos segmentos para facilitar o desenvolvimento econômico de Divinópolis e reposicionar Divinópolis em Minas Gerais, entre as 10 maiores cidades do estado na produção de bens e serviços, geração de empregos e renda e desenvolvimento econômico.

Propostas:

- Retomar a discussão com a sociedade da criação da Cidade Tecnológica, para a instalação de novas empresas e ampliação da capacidade econômica da cidade.
- Fomentar o empreendedorismo local, proporcionando a geração de renda emprego e qualidade de vida.
- Estimular as atividades logísticas em Divinópolis e atrair empresas do segmento para compor um modal ferro-rodoviário atrativo que gere emprego, renda e novos negócios para a cidade.
- Fomentar e estruturar os centros industriais e núcleos empresariais de Divinópolis para melhorar e atrair mais negócios.
- Realizar estudos para criação de um novo Distrito Industrial, conforme definido no Plano Diretor do município.
- Estimular o desenvolvimento do setor terciário, com ênfase na gastronomia e entretenimento, gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico (bares, restaurantes, hotéis, comércio em geral).
- Apoiar as empresas instaladas no município, em especial as micro e pequenas, em suas demandas de formação, identificação de parcerias e linhas de crédito e

financiamento, de acesso à tecnologias, gestão e melhoria da produção, bem como para sua adequação às exigências ambientais e de saúde e segurança.

- Estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do Município e da Região, criando condições econômicas, políticas, sociais e culturais para a formação de arranjos produtivos locais, especialmente do setor do vestuário e da fundição.
- Estimular o associativismo e cooperativismo, que permitam o acesso facilitado aos insumos, à ampliação da escala econômica, à agregação de valor aos produtos, ao estabelecimento de canais de produção e ao crédito.
- Implantar um Programa Municipal de Microcrédito, para apoiar empreendedores individuais ou associações e cooperativas populares em suas atividades econômicas geradoras de emprego e renda.
- Elaborar um Plano Municipal de Turismo.
- Desenvolver com parcerias o fomento das atividades de turismo de negócios, (eventos, feiras, exposições) valorizando as empresas e marcas divinopolitanas.
- Explorar o potencial turístico da zona rural valorizando a multiplicidade de atrativos advindos da gastronomia, belezas naturais e cultura local, conciliando lazer, turismo e proteção ambiental.
- Apoiar o Projeto Cruz de Todos os Povos, articulando ações de nível municipal, estadual e federal, para a consolidação deste como um destino de turismo religioso nacional e internacional.

8. HABITAÇÃO

A habitação é um direito social importante para toda a população de uma cidade e cabe aos governos ajudar a garantir o acesso à moradia à população cujo nível de renda dificulta ou impede o seu acesso.

As cidades que já têm um plano habitacional, conseguem ter seu conselho de habitação de interesse social, ou seja, cumprir a lei, podendo desta maneira buscar recursos para disponibilizar essa possibilidade às famílias de baixa renda.

Divinópolis conta com assentos precários, com necessidade de melhoria das moradias, moradias em área de risco, bairros com infraestrutura, pessoas com moradias sem documentos de propriedade, dentre outros problemas na área da habitação. Cabe ao governo organizar sua estrutura, seus instrumentos de planejamento e implementar ações para atuar sobre esses problemas.

Propostas

- Elaborar Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e implementação do Conselho Municipal de Habitação.
- Exigir Estudo de Impacto de Vizinhança para a instalação de conjuntos habitacionais, assegurando uma integração física e social adequada ao território.
- Implementar programa de arquitetura e engenharia social, voltado para a população de baixa renda, que possa oferecer projetos de moradias populares e acompanhamento das obras.
- Criar Programa de Regularização Fundiária de Interesse específico para as Comunidades Rurais.
- Revisar e implantar o Projeto de Regularização Fundiária Urbana (REURB) dando celeridade às ações jurídicas, ambientais, urbanísticas e sociais, com vistas à regularização de interesse social de imóveis urbanos no município.

9. DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO

A cidade de Divinópolis possui muitos problemas relacionados ao meio ambiente e saneamento, mas também muito potencial para resolvê-los. As políticas de apoio à arborização são quase inexistentes e ineficientes e que, junto à falta de cumprimento da legislação de limpeza de lotes e de muitas queimadas, fazem com que tenhamos, a cada dia, um ambiente mais seco e poluído.

A questão do saneamento também merece grande destaque já que ainda temos grandes problemas neste ponto, destacando-se a (ainda) falta de tratamento de esgotos e o problema dos resíduos sólidos, que aflige a cidade há muitos anos.

Propostas

- Realizar melhorias das condições das praças e canteiros, através de parcerias público-privadas e, também, com associações de bairros,
- Ampliar a arborização de ruas, praças e espaços de uso público, fomentando a participação da sociedade no plantio e cuidado de árvores, incentivando a participação das escolas públicas municipais nesta ação.
- Reestruturar a Coleta Seletiva ampliando seu alcance, com políticas permanentes de conscientização da população com campanhas de educação ambiental ininterruptas;
- Fomentar e apoiar as organizações de catadores de materiais recicláveis no município.
- Criar uma Unidade de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos.
- Buscar a resolução da questão dos botafora, promovendo os locais adequados para disposição de resíduos de construção e demolição.
- Identificar e extinguir as áreas de disposição ilegal de resíduos (que hoje estão espalhadas por todo município) e promover a recuperação ambiental destas áreas.
- Implantar pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis e eletrônicos.
- Buscar soluções para incentivo à captação e uso de águas de chuva, promovendo políticas públicas que ampliem esta solução no município.
- Reestruturar, ampliar e tornar eficazes os serviços da rede de proteção animal, buscando desenvolver projetos e ações junto às entidades de proteção animal da cidade.
- Criar condições operacionais e logísticas de fiscalização para fazer cumprir a lei de controle e limpeza de lotes vagos.
- Melhorar as condições de limpeza e capina de vias públicas.
- Planejamento e promoção de políticas públicas para preservação de recursos naturais;
- Promover a preservação, através de incentivos e parcerias, das nascentes nas zonas urbana e rural.

- Promover o debate para elaboração de parceria com os entes federativos visando o reestabelecimento de atividades de preservação ambiental do Parque do Gafanhoto, recuperando o espaço para promoção de atividades de lazer e educação ambiental.
- Dar maior atenção ao Parque da Ilha, promovendo o espaço de maneira a permitir o lazer e sua preservação ambiental.
- Promoção da criação de um grupo técnico de estudos, integrando equipe técnica da prefeitura e das Universidades no município, visando a elaboração de planos e manuais de reestruturação da drenagem urbana, abrangendo implantação, recuperação e manutenção de bocas-de-lobo e solução de pontos críticos de drenagem.
- Rever as condições contratuais com a COPASA, principalmente na questão de construção da ETE e dos serviços de manutenção da rede de esgoto, buscando garantir a qualidade do serviço prestado e a efetiva implantação do tratamento de esgoto no município.

10. PLANEJAMENTO URBANO

Divinópolis se desenvolveu com grandes diferenciais em seu espaço urbano, com ruas largas e um forte desenvolvimento econômico, que a colocou como polo da região Oeste de Minas Gerais. Assim, ao se desenvolver, se tornou sede de muitos órgãos públicos estaduais e federais, hospitais, intenso comércio e, recentemente, recebeu importante expansão da rede universitária, tanto pública como privada.

Propostas

- Integrar o debate técnico sobre planejamento urbano do município com a participação mais intensa da sociedade, promovendo maior participação democrática nas tomadas de decisão.
- Fomentar e priorizar parcerias com as Universidades presentes no município, visando a estruturação de um plano de recuperação das vias urbanas, melhorando as condições de durabilidade dos pavimentos com eficiência na aplicação de recursos.
- Desenvolver políticas públicas junto aos Governos Federal e Estadual, a fim de estruturar Divinópolis como importante polo industrial, universitário, tecnológico e de serviços em Minas Gerais.
- Buscar parcerias público-privadas, inclusive através de contrapartidas, bem como promover um planejamento integrado entre os órgãos municipais responsáveis pela gestão urbana, a fim de melhorar, expandir e atualizar a iluminação pública.
- Ampliar as políticas e parcerias com os municípios da região oeste de Minas Gerais, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região.

11. MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

A frota de veículos aumentou consideravelmente nos últimos anos, promovendo dificuldades no deslocamento. O transporte público existente é ineficiente em muitas questões e o município ainda não possui a universalização da acessibilidade nas vias públicas. Além disso, iniciativas como ciclovias e pistas para caminhada ainda são um grande desafio na cidade.

Propostas

- Atualização e melhoria da metodologia de cálculo de tarifação do transporte público, tornando transparente os valores cobrados.
- Intensificar e democratizar a fiscalização da qualidade do transporte público, com parâmetros padronizados e claros para toda a população.
- Estudar para promover a implantação de terminais de integração em pontos de grande fluxo de passageiros.
- Melhorar as condições dos pontos de ônibus, reestruturando a distribuição e realocando (quando necessário) os pontos de parada, melhorando a sinalização, acessibilidade, conforto e segurança dos usuários.
- Promover estudos para a criação de novos calçadões, através de parcerias, com objetivos de garantir a segurança e o deslocamento de pedestres, criando espaços de convivência urbana.
- Ampliar e estruturar novas ciclovias em vários pontos do município.
- Melhorar a identificação dos logradouros do município.
- Melhorar o acesso existente ao aeroporto municipal.
- Buscar parcerias para o efetivo funcionamento do aeroporto para cargas e passageiros.
- Promover a adequação de acessibilidade (sanitários, guichês, acesso aos pedestres) na edificação atual do Terminal Rodoviário.

12. DESENVOLVIMENTO RURAL

Rural não é mais sinônimo de agrícola, estando intimamente ligado ao urbano, passou a abarcar novas funções, para além da atividade agropecuária, envolvendo o lazer, a moradia, o turismo, a preservação ambiental, a realização de atividades industriais e de serviços, o que caracteriza a multifuncionalidade do espaço rural. Essa multifuncionalidade pode ser identificada na área rural de Divinópolis.

Segundo o diagnóstico do Plano Diretor de Divinópolis (2013), a zona rural em Divinópolis é formada por 45 comunidades, que totalizam 524 km² e 73,2% do território municipal. Nesta área residem 5.563 pessoas (Censo 2013), o que corresponde a 2,6% da população do município, sendo a grande maioria crianças e adolescentes (60%) e adultos (25%). A presença de jovens e idosos é pouco significativa (PLANO DIRETOR, 2010).

Identificam-se na área rural atividades ligadas à agropecuária, como bovinocultura e agricultura (principalmente a agricultura familiar, na produção de hortifrutí), produção de cachaça, de polvilho, de polpa de frutas, de queijos e doces e o artesanato. Além dessas atividades tradicionais encontramos atividades industriais e minerárias, como extração de areia e argila, fábrica de ração, siderúrgicas, fundição e confecção. O turismo rural apresenta um significativo potencial em função de sua cultura, gastronomia e riqueza natural.

Propostas:

- Implementar, sob a coordenação da Secretaria de Agronegócio, programa permanente de conservação das estradas rurais, com técnicas adequadas que visem sua recuperação, manutenção e conservação, de modo a evitar a erosão do solo, a degradação do meio ambiente, a garantia de tráfego normal de veículos e o escoamento da produção agrícola durante todo o ano.
- Garantir transporte escolar de qualidade para os alunos da zona rural.
- Realizar estudos para a construção de cacimbas na área rural, para aproveitar racionalmente as águas das chuvas, reduzindo ao mínimo suas perdas por enxurradas e, ao mesmo tempo, diminuir a formação de valetas e assoreamento dos córregos e rios.

- Dar continuidade e aprimorar no município a realização do Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), instrumento do Programa da Aquisição de Alimentos (PAA), tendo por finalidade garantir a compra de produtos agropecuários dos participantes agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- Atuar junto aos agricultores familiares na divulgação do Pronaf e facilitação do acesso, atuando em parceria com sindicatos, cooperativas e órgãos de assistência técnica estaduais.
- Aprimorar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), para estimular e apoiar a agricultura familiar na implantação e legalização de seus empreendimentos agroindustriais.
- Articular junto à Polícia Militar de Minas Gerais a intensificação da Patrulha Rural, para a realização de ações preventivas e repressivas visando garantir a segurança pública na zona rural.
- Apoiar a realização de feiras livres em vários pontos do município, atuando para fortalecer e qualificar a inserção dos agricultores familiares neste canal de comercialização, em parceria com os sindicatos, Emater e comunidades rurais.
- Atuar junto às operadoras para a instalação de equipamentos e junto aos governos estadual e federal, visando a inclusão do município em programas de acesso à internet para comunidades rurais.
- Implantar o Saúde na Hora, em comunidades rurais que se caracterizam como polo em sua região, ampliando assim o horário de atendimento até às 22 horas.

13. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

O Estatuto da Cidade que é lei nacional que determina com o deve ser a gestão das cidades estabelece a gestão democrática da cidade como diretriz geral da política urbana, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Nossa administração pretende assumir a participação social como uma diretriz básica de gestão, envolvendo os moradores e demais atores para a construção de uma cidade digna para se viver.

Propostas

- Implantar o Orçamento Regional Participativo.
- Fomentar a participação das entidades comunitárias rurais e urbanas, através da Federação das Associação de Moradores de Bairros e Conselhos Comunitários Rurais de Divinópolis (FAMBACORD).
- Fortalecer a atuação do Conselho da Cidade e instituir as Comissões Temáticas no âmbito deste Conselho: Comissão de Políticas de Mobilidade Urbana; Comissão de Habitação de Interesse Social; Comissão de Meio Ambiente; Comissão de Saneamento Ambiental; Comissão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural; Comissão de Uso e Ocupação do Solo; Comissão de Defesa Civil.
- Fortalecer os conselhos de políticas públicas, para maior participação da população e organizações sociais nas políticas públicas.